S. R.

14 DEZ. 1994

TL1880-7

Universidade do Porto

Reitoria

2º CURSO DE INTRODUÇÃO À INDONÉSIA E

TIMOR LESTE

(componente nacional)

(Edição provisória)

4ª LIÇÃO

1ª Parte

HISTÓRIA

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A ECONOMIA PLANETÁRIA

A REVOLUÇÃO POLITIVA, A CONTRA-REVOLUÇÃO E A JUSTIFICAÇÃO PSEUDO-CIENTIFICA DA COLONIZAÇÃO EUROPEIA

A COLONIZAÇÃO DAS INDIAS ORIENTAIS PELA HOLANDA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA: 1994.12.12

UNIVERSIDADE DO PORTO: 1994.12.14

UNIVERSIDADE DE LISBOA: 1994.12.17

A. BARBEDO DE MAGALHÃES

Professor Catedrático , Universidade do Porto

COMISSÃO ORGANIZADORA DAS JORNADAS DE TIMOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO

FEUP - Rua dos Bragas - 4099 Porto Codex

Fax: 351 - 2 - 200 21 48 Tel.: 351 - 2 - 204 17 10 / 204 17 56

1994.12.11

4.1. - A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A ECONOMIA PLANETÁRIA

4.1.1. - A Revolução Industrial e as novas exigências do mercado

Já vimos que as Descobertas portuguesas e hispânicas deram origem a uma nova era em que toda a terra e quase todos os povos do planeta passaram a estar em contacto. Mas o quadro e o modo de vida das grandes massas populacionais, predominantemente agrícolas, pouco foram afectados. Só o comércio mundial, e os principais portos e feitorias é que sofreram modificações importantes, ou por mudarem os seus detentores, ou por originarem conflitos e guerras locais, ou por condicionarem ou desviarem mercadorias.

A Revolução Industrial, no entanto, veio dar, efectivamente, uma nova forma a esse Mundo, introduzindo uma dinâmica ao ritmo da máquina, e uma dimensão à escala da produção em série. A mobilidade, quer dos homens, quer das mercadorias, quer dos capitais, aumentou enormemente. A criação de grandes indústrias fez desenvolver as cidades e alterou radicalmente o quadro de vida e de relação de muitos milhões de pessoas que abandonaram os campos e se tornaram num proletariado urbano à mercê das leis da oferta e da procura da mão de obra. As necessidades do mercado, quer para a colocação de produtos fabricados em série e em grandes quantidades, quer de matérias primas, quer de mão de obra ou de capitais, impuseram novas leis de concorrência e de sobrevivência, que estimularam a constituição de novos impérios.

Estes novos impérios, gerados ou reforçados pela Revolução Industrial, já não são apenas marítimos, nem visam o controlo do comércio dos produtos que a natureza oferece, ou que o trabalho manual dos artífices produz, em diferentes regiões do planeta.

As exigências do mercado conduzem, agora, a um novo tipo de imperialismo, marcado pela divisão internacional do trabalho, controlado pelas metrópeles europeias, que passam a impôr a sua lei não apenas nos mares e nalguns portos mais importantes, mas em largas zonas territoriais e sobre populações inteiras. O imperialismo muda de rosto e torna-se num verdadeiro colonialismo.

Vários factores contribuiram para esta nova fase de evolução da humanidade.

Por um lado, foi a evolução científica e técnica, e a revolução mecânica que esta permitiu. A máquina a vapor, ou a potência do fogo, teve nisso um papel determinante.

Por outro lado, o aperfeiçoamento do sistema financeiro e a invenção do telégrafo, tornaram-se factores dinamizadores de uma economia planetária.

Finalmente, a evolução das ideias, das convicções e dos preconceitos, em que a contra-revolução, ao negar os ideais proclamados pela Revolução Francesa, e a deturpação dos novos conceitos científicos, vão servir de justificação ao pior egoísmo e à mais desenfreada exploração colonial.

4.1.2. - O predomínio europeu e britânico, de 1815 a 1914

Iniciada a partir de meados do século XVIII, na Grã-Bretanha, a Revolução Industrial tornou-se um fenómeno dominante e em rápida expansão na Europa a partir de 1815.

Esse ano, 1815, é o da queda definitiva de Napoleon e das vitórias britânicas sobre as frotas francesa, espanhola, holandesa e dinamarquesa em diversos pontos do globo. É também nesse ano que as ilhas Seychelles, Mauritius, Maldivas e Chagos, entre a África Oriental e a Índia, e a grande ilha de Ceilão, ao largo da costa sudeste da Índia, são conquistadas pelos ingleses (The Times Atlas of World History, p. 194 e 195).

Tendo perdido grande parte da América do Norte, cuja independência, declarada em 4 de Julho de 1776, a Grã-Bretanha acabaria por reconhecer em 1783, pelo tratado de Versailles, e depois de uma guerra quase ininterrupta com a França, nomeadamente nas Américas e na Índia, desde 1744, pela supremacia mundial, a consagração do predomínio britânico, em 1815, abre caminho a um novo colonialismo, virado para o crescimento económico, cujo impacto sobre os povos colonizados foi enorme.

Desde 1815 até ao começo da I Guerra Mundial, em 1914, é a Europa quem comanda os destinos do planeta. E nessa Europa, de que Portugal e a Espanha tinham já perdido, há muito, a dianteira, é a Grã-bretanha quem assume a supremacia.

4.1.3. - A revolução mecânica

A invenção, em 1765, pelo engenheiro escocês James Watt, da máquina a vapor com movimento alternativo, e em 1781 da máquina rotativa a vapor de simples e, depois, de duplo efeito, foram passos cruciais para viabilizar a Revolução Industrial.

Com essas máquinas e bombeamento da água dos fundos das minas ou dos rios deixou de ser manual ou hidráulico.

Graças à transformação da potência do fogo em trabalho mecânico, por intermédio do vapor da água, foi possível produzir máquinas para descaroçar o algodão, máquinas de fiar e teares mecânicos, e muitos outros tipos de máquinas.

A força do braço ou do pé do artífice, em pequenos aparelhos ou ferramentas que funcionavam em sua casa, ao ser substituída pela força motriz do vapor, deu origem a fábricas onde uma ou várias máquinas, com a potência de muitos *"cavalos"*, podia accionar um elevado número de equipamentos. Os operadores destes, os operários, se, por um lado, deixaram de ser a força motora, por outro lado deixaram também de ser os proprietários.

A produção em série, com produtividade acrescida, em instalações de grandes dimensões, que carecem de avultados capitais, criou muitos empregos. Mas os trabalhores tornaram-se simples operários, mera mão de obra sujeita às leis da oferta e da procura, proletariado industrial rapidamente crescente e avidamente explorado.

4.1.4. - A evolução dos transportes: - o comboio, o barco a vapor e a abertura do Canal de Suez

A invenção da máquina a vapor veio permitir também uma enorme evolução nos transportes.

Com efeito em 1783, em França, e em 1789, na Escócia e nos Estados Unidos da América, faziam-se os primeiros ensaios da navegação a vapor. Durante todo o século XIX esta vai progredindo e substituíndo, lentamente, a navegação à vela, apesar dos progressos que mesmo a própria navegação à vela ainda continua a registar.

A abertura do Canal de Suez, em 1869, ao reduzir para pouco mais de metade (59%) a distância entre Londres e Bombaim, e ao diminuir em 29% a de Londres a Singapura, facilitou grandemente o transporte de mercadorias e de passageiros, que sofreram um enorme incremento.

De 1821 a 1920 emigraram para os Estados Unidos e Canadá cerca de 33,6 milhões de europeus, predominantemente britânicos, irlandeses e alemães. Entre 1815 e 1914 cerca de 764 mil franceses emigraram para a Argélia e Marrocos, e cerca de dois milhões de britânicos partiram para a Austrália e a Nova Zelândia.

Nesse mesmo período muitos indianos emigraram para a África Oriental e para a África do Sul, para a Indochina e a Malásia; alguns milhões de chineses emigraram para a Indochina, para a Península da Malásia, para a ilha de Java, e também para a América do Norte. O comércio de escravos negros, nomeadamente para o Brasil e a Arábia, ainda continuou, embora em ritmo claramente decrescente.

Em terra, a máquina a vapor vai permitir criar o primeiro meio de transporte de massas: - o comboio.

A invenção da locomotiva a vapor deve-se ao engenheiro britânico Richard Trevithick e a Andrew Vivian, em1802. Em 1804 estes punham a andar, em South Wales, o primeiro comboio com cinco vagões para o transporte de carvão (5 toneladas) e passageiros (setenta pessoas). A velocidade não ultrapassava os 8 Km/hora.

A partir daí as locomotivas a vapor começaram a substituir a tracção animal até então empregue - juntamente com a tracção humana - para puxar as vagonetas de carvão nas minas.

Em 1825 foi inaugurada a primeira linha do caminho de ferro entre as minas de carvão de Darlington e o porto de Stockton. Uma locomotiva projectada e conduzida por George Stephenson permitiu levar a velocidade do comboio até aos 19 Km/hora. Quatro anos depois, em 1829, numa competição para seleccionar as locomotivas a utilizar na linha entre Manchester e Liverpool (inaugurada em 1830) Stephenson alcançou os 47 Km/hora. Em 1859 os comboios já atingiam os 120 Km/hora!.

Em 1840 já tinham sido construidos 7.679 Km de vias férreas no mundo, nomeadamente na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos da América, na Alemanha, na Bélgica, na França, na Rússia, na Áustria, na Itália e na Holanda. Em 1850 o comprimento total das linhas existentes em todo o mundo era cinco vezes superior, 38.568 Km, e, no início do século XX, mais de cem vezes superior, 791.125 Km!.

Nesta altura já os caminhos de ferro se tinham estendido muito para além da Europa e dos Estados Unidos, para países como a Austrália (1854), a África do Sul (1859), a Nova Zelândia (1863), o Japão (1872) e a China (1876). A primeira linha transcontinental americana é inaugurada em 1869. E o transiberano, ligando Moscovo a Vladivostock, abre em 1917.

O comboio, permitindo o transporte de cargas enormes, quer de passageiros quer de mercadorias, a velocidades que depressa se tornaram bastante elevadas, deu um fortíssimo incremento à mobilidade de pessoas e de bens. A título de exemplo basta dizer que logo que, em 1839, foi inaugurada a linha do caminho de ferro entre Leipzig e Dresden, na Alemanha, na extensão de 117 Km, o número anual de passageiros, que era de 80.000 com a diligência, passou para 410.000 com o caminho de ferro! (Pierre Rousseau - História das Técnicas e das Invenções - E.L.B.).

Às Indias Orientais Holandesas os caminhos de ferro chegaram mais tarde. Em 1867 funcionavam apenas 25 Km de linha. Em 1873 ainda eram só 260 Km. Mas em 1930 estavam em serviço 7.425 Km de via, a maior parte na Ilha de Java, mas com algumas centenas de quilómetros também na zona sul da ilha de Sumatra.

4.1.5. - O telégrafo e a adopção de um único padrão monetário mundial

O telégrafo, inventado por Samuel Morse em 1832, e experimentado oficialmente em 1844 entre Washington e Baltimore, nos EUA, permitiu um novo avanço. Muito mais rápido do que as pessoas, as mensagens podiam viajar quase instantaneamente, desde que houvesse fios eléctricos a transportar os sinais.

Nos Estados Unidos, e nalguns países europeus, este processo de comunicação desenvolveu-se rápidamente. Mas foi sobretudo a instalação, em 1866 (depois de várias tentativas frustadas desde 1857 ...) de um cabo submarino a ligar a Grã-Bretanha à América do Norte que veio dar a este meio de comunicação uma importância enorme no desenvolvimento do comércio mundial.

Para o conseguir foi preciso descobrir um isolante quase perfeito que não se alterasse em contacto com a água do mar. Depois de muitas experiências, foi uma espécie de borracha importada das ilhas de Sonda (das Índias Orientais Holandesas), a guta-percha, que permitiu resolver esse problema de isolamento eléctrico.

Com o telégrafo e com a adopção do ouro como padrão do sistema monetário, e a bolsa de Londres como referência do sistema cambial, o sistema de trocas internacional tornou-se mais simples e muito mais rápido, contribuíndo para a mundialização da economia. Não só as trocas comerciais, mas também os investimentos nos territórios ultramarinos ou no estrangeiro, tornaram-se muito mais fáceis.

4.2. - A REVOLUÇÃO POLÍTICA, A CONTRA-REVOLUÇÃO E A JUSTIFICAÇÃO PSEUDO CIENTÍFICA DA COLONIZAÇÃO EUROPEIA

4.2.1. - Os ideais de liberdade e de igualdade proclamados pela Constituição dos Estados Unidos da América e pela Revolução Francesa

Curiosamente o periodo de um século, de 1815 a 1914, em que a maior parte dos povos do planeta sentiu, de facto, o grande impacto do imperialismo europeu, segue-se a um periodo revolucionário em que os fundamentos religiosos e políticos dos impérios anteriores pareciam ser completamente postos em causa, para dar lugar ao respeito pelos direitos individuais dos cidadãos, numa base de igualdade entre todos os seres humanos e num quadro de grande liberdade.

A independência dos Estados Unidos da América, em 1776 e a aprovação da sua Constituição, em 1787, por um lado, e a Revolução Francesa, de 1789, por outro, são dois marcos de referência fundamentais dessa época revolucionária.

Com efeito o texto da Declaração da Independência dos Estados Unidos da América proclama que todos os homens nescem iguais, que o seu Criador os dotou de determinados direitos inalienáveis, que para garantir esses direitos os homens instituem entre eles governos cujo poder emana do consentimento dos governados; que se um governo, qualquer que seja a sua forma, vier a desconhecer os seus fins, o povo tem o direito de o modificar ou de o abolir e de instituir um novo governo.

A Constituição Americana, aprovada onze anos depois, consagra estes principios democráticos, liberais e republicanos, abolindo todos os resquícios do regime feudal, de realeza e de nobreza, e separando entre si os vários poderes, legislativo, executivo e judicial. A separação entre o Estado e as igrejas é igualmente consagrada. Trata-se, pois, de uma Constituição verdadeiramente revolucionária, de acordo com as ideias racionalistas e humanitárias de alguns dos espíritos mais esclarecidos da época.

Mas, apesar dos princípios democráticos que inspiram a criação dos Estados Unidos da América, só um dos treze estados que no início constituiram a federação, o de Massachussetts, consagra a abolição da escravatura.

Curioso é também notar que, embora todos os homens nascessem livres e iguais, as mulheres não nasciam nem uma coisa nem outra. De facto só algumas mulheres do estado de Nova Jersey que fossem proprietárias é que tinham direito de voto ...

No plano económico a Constituição Americana mostra uma confiança quase ilimitada nas leis da concorrência, promovendo um capitalismo liberal e individualista que, se por um lado vai ser um factor dinâmico de progresso, por outro lado dará origem a injustiças gritantes.

Relativamente aos povos autoctones, isto é, aos Índios Americanos, eles são os grandes esquecidos no edífício político constitucional da jovem nação. A conquista do Oeste vai continuar, assim, a fazer da força a sua lei.

A Revolução Francesa de 1789, pelo seu lado, influenciada aliás pelas ideias democráticas efervescentes na América, proclama claramente o primado da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade.

Pouco depois da tomada da Bastilha, em 14 de Julho de 1789, isto é, em 26 de Agosto desse mesmo ano, é aprovada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que constitui a primeira parte da nova Constituição Francesa.

De carácter mais genérico e mais universal do que a Constituição Americana, consagra também que *"os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos"*. No artigo 2º afirma que *"o objectivo de qualquer associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão"*. Mais adiante, no artigo 6º afirma que a lei *"deve ser igual para todos, quer protega quer puna"*, acrescentando que *"sendo todos os cidadãos iguais a seus olhos, são igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos de acordo com a sua capacidade e sem outra distinção que a das suas virtudes e talentos"*.

Curiosamente esta Declaração dos Direitos, ainda que revolucionária, não exclui a realeza. O próprio Rei Luis XVI, embora a contragosto e, de certo modo, forçado, acabou por a promulgar em 3 de Novembro de 1789, enquanto o trabalho da Constituinte prosseguia.

A evolução dos acontecimentos acabaria por levar a França a tornar-se uma república, e por conduzir o Rei Luiz XVI ao cadafalso, onde foi guilhotinado em 21 de Janeiro de 1793. Mas a República foi efémera. Com Napoleão tornou-se Império, de 1804 a 1814. E com a queda de Napoleão voltou a ser Monarquia, com Luis XVIII.

4.2.2. - A contra-revolução e a justificação pseudo-científica da colonização europeia

Sendo a França a mais populosa nação europeia da época (com 27,3 milhões de habitantes em 1800), juntamente com a Rússia (com 29 milhões no mesmo ano), com mais do dobro da população da Grã-Bretanha (11 milhões apenas), e sendo a maior potência ocidental do Sec. XVIII, a Revolução Francesa teve uma grande repercussão, além fronteiras.

Muitos filósofos e poetas saudaram a queda da Bastilha e a proclamação dos Direitos do Cidadão. Em diversos estados fervilharam os movimentos populares e burgueses, com revoltas várias, que assustaram reis e príncipes, clero e nobreza.

O medo uniu reis e dignatários, e logo que o tufão napoleónico passou, os principais reis e imperadores europeus assinaram, em 1815 a Santa Aliança, primeiro (em 26 de Setembro de 1815), e a Aliança Quádrupla, depois, (20 de Novembro de 1815), que servirão de justificação para qualquer das grandes potências europeias, Áustria, Prússia, Rússia, Grã-Bretanha e França, intervir contra qualquer movimento revolucionário, dentro ou fora das suas fronteiras, na Europa ou fora da Europa.

Era o retorno à *"ordem"* pré-revolução. Embora algumas conquistas revolucionárias não tenham sido completamente anuladas, e da civilização e da cultura terem continuado a evoluir o conservadorismo contra-revolucionário vai dominar o século XIX europeu.

Esse recuo conservador, junto com o desenvolvimento industrial e, sobretudo, com o crescimento económico, deu a grande número de europeus um certo sentido de superioridade sobre os outros povos, considerados *"atrasados"*.

Em meados do século XIX Gobineau era claro na afirmação das suas ideias racistas, ao proclamar a superioridade da raça branca.

Ao publicar, em 1859, o seu livro sobre a *"Origem das Espécies por Meio da Selecção Natural"*, o naturalistas inglês Charles Darwin dava aso, involuntariamente, a que muitos europeus considerassem *"cientificamente"* justificado o seu racismo.

A diminuição da mortalidade e o rápido aumento populacional dos territórios de além-mar, pela implementação de alguns cuidados de saúde, nomeadamente de saúde materno-infantil, a diminuição temporária do número

de pequenos conflitos inter-tribais devido à presença da mão forte dos colonizadores, e o crescimento económico das colónias - ainda que principalmente em benefício dos colonizadores - eram considerados, pelos governos das metrópoles europeias, como sinais *"evidentes"* da *"bondade"* do seu domínio colonial ...

Pode-se dizer que o colonialismo europeu, cujo apogeu se situa em finais do século XIX e princípios do século XX, tem uma dupla base de fundamentação:

-Por um lado, são os factores de ordem psicológica e pseudo-científica a fornecer uma justificação pretensamente moral, e a servir de capa encobridora de interesses egoistas de rapina e de domínio;

-Por outro lado, são factores de ordem material, relacionados com a mundialização da economia que a Revolução Industrial e os progressos científicos e técnicos proporcionaram.

Mas esse colonialismo, ao oprimir os povos dominados, fez nascer ideais nacionalistas que deram força à luta de muitos povos pela sua autodeterminação e independência.

No século XX, e sobretudo a seguir à II Guerra Mundial, são os movimentos nacionalistas anti-colonialistas que tomam a dianteira da história, abatendo um a um os pilares da dominação europeia.

Para quem não via ou não queria ver a aberração que era a dominação de uns povos por outros, baseada numa pretensa superioridade da raça branca, no capitalismo selvagem e sem preocupações sociais, e no colonialismo, as duas guerras mundiais vieram tirar todas as dúvidas.

Feitas as contas, se calhar até do ponto de vista estritamente económico a colonização europeia e as Grandes Guerras a que a filosofia e a psicologia imperialista conduziram, têm um saldo negativo ... Um pouco de bom senso talvez permitisse à Humanidade tirar bastante mais proveito do progresso científico e técnico, da revolução industrial e da mundialização da economia, sem tanto sofrimento e sem a necessidade de haver tantos milhões de seres humanos oprimidos e mortos por outros seres humanos ...

4.3. - A COLONIZAÇÃO DAS ÍNDIAS ORIENTAIS PELA HOLANDA

4.3.1 - O impacto inicial do colonialismo moderno em Java

Já atrás referimos a decadência progressiva da Companhia das Indias Orientais holandesa (V.O.C.) a partir de meados do século XVIII, até à sua extinção em 31 de Dezembro de 1799.

Falamos no massacre de cerca de dez mil chineses em Batávia, em Outubro de 1740, e dos prejuízos reultantes da falta de artífices e comerciantes. A esse massacre sucederam-se numerosas guerras e rovoltas que se arrastaram por cerca de dezassete anos.

Nas ilhas Molucas, sobretudo na de Amboina, e em Banda, a imposição da cultura forçada do cravo da India levou a que a população tivesse que comprar à Companhia os produtos alimentares de que carecia e que antes cultivava para consumo próprio.

Quando, num período de excesso de oferta de cravo, relativamente à sua procura, a Direcção de Batávia mandou reduzir para 1/4 a produção de cravo e de nós moscada nessas ilhas, foi a miséria. Segundo Jean Bruhat (Histoire de l'Indonésie, P.U.F.), essa miséria e as guerras conduzidas pelos holandeses para conseguirem impôr as culturas forçadas, levaram a que no espaço de um século a ilha de Amboina tenha perdido um habitante em cada três.

Evidentemente, quando a procura voltou a aumentar e os holandeses quizeram obrigar ao replantio do cravo e da nós moscada, as populações locais reagiram negativamente.

Com essas reacções e com a fuga de sementes para o estrangeiro, apesar de severas restrições impostas à sua exportação, que permitiram aos franceses e ingleses cultivar essas especiarias nas suas próprias colónias, os holandeses sofreram grandes baixas de rendimentos.

Na Holanda, conquistada pelas forças francesas em 1794/95, as Províncias Unidas transformam-se na República Batava, teoricamente seguidora dos princípios revolucionários.

O Governo da nova república inquieta-se com a contradição existente entre os princípios de Liberdade, Igualdade e Fraternidade que a Revolução Francesa proclamou - e que passaram a ser também, em teoria , os seus -, e a realidade da situação de dependência dos povos das Indias Orientais. Sugere,

pois, aos administradores instalados em Batávia, na Ilha de Java, que vão introduzindo progressivamente as novas ideias de liberdade e de igualdade nas Indias. Mas de Batávia respondem que as novas ideias e princípios não são bem conhecidos, nessas paragens, e que, além disso, não se podiam pôr em causa as relações já anteriormente estabelecidas com os povos e os princípes indígenas.

Compreensivo, o Governo central confirma os administradores instalados na Ilha de Java, considerando que não se deverá pensar em aplicar os princípios de Liberdade e de Igualdade nas possessões das Indias Orientais enquanto elas se mantiverem "*no estado de subordinação necessário*". E acrescenta que embora se deva exprimir compaixão pelos escravos, não se pode abolir a escravatura "*até que uma ordem mais elevada de civilização geral permita melhorar a situação dos escravos com a cooperação de todas as nações europeias que tenham possessões ultramarinas*" (27/4/1799).

Pouco depois de Napoleon nomear seu irmão Luís Bonaparte como Rei da Holanda (1806), o primeiro Governador das Indias Orientais por este nomeado é o Marechal Herman Willem Daendels, ex-refugiado em França, onde organizou a legião Batava.

Daendals, que só se manterá no seu posto de Governador durante dois anos, imbuido de espírito napoleónico, reorganiza a administração, centraliza o poder, cria um exército colonial e força o crescimento da produção.

É assim que aos antigos funcionários da Companhia das Indias Orientais dá postos da hierarquia militar, sendo pagos em correspondência. Os principes indígenas, ou regentes, perdem toda a autonomia de que antes gozavam, para se tornarem meros representantes do Estado Holandês.

No campo da Justiça estrutura tribunais separados, uns para indígenas, com juizes perdominantemente autóctones e que julgam segundo os costumes locais, e outros para holandeses e estrangeiros (europeus, chineses, árabes e outros não-javaneses).

Preocupado com o perigo de uma eventual invasão inglesa, Daendals manda construir e reparar fortificações e cria um disciplinado exército colonial. Monta mesmo fábricas de pólvora, de munições e até de armas, e cria uma escola de artilharia em Samarang, e um hospital militar.

A fim de aumentar os rendimentos da colónia, promove a cultura forçada do café , nalgumas regiões em que este se dava bem. O número de cefeeiros a plantar era determinado pelo Governo. Ao fim de cinco anos, 2/5 da produção,

sob a forma de grãos limpos e já seleccionados, tinha que ser colocada, gratuitamente, sem quaisquer despesas para o estado, nem sequer as de transporte, nos armazéns situados na orla marítima, junto aos portos.

Além disso o Governador Holandês procurou fomentar o estabelecimento de colonos europeus e chineses, a quem vendeu grandes extensões de terrenos nas proximidades de Batávia. Aos novos colonos deu a liberdade de explorarem à vontade os camponeses já que, segundo Daendals *"a protecção dos trabalhadores só serviria para os encorajar a permanecer na sua preguiça natural, além do que desencorajaria os plantadores ocidentais"*.

A alguns estrangeiros concede monopólios, como o do ópio, que é atribuido a chineses.

A fim de tornar efectivo o controlo de Java pela sua capital, Batávia, e de poder escoar o café e outros produtos de exportação, o Marechal Daendals faz construir uma rede de estradas, incluindo uma grande via que percorre a ilha do extremo ocidental à ponta leste.

Para fazer estas obras , o Governador generaliza a prática dos trabalhos forçados porque, segundo ele próprio escreve, *"a única maneira de receber as taxas dos camponeses pobres de Java é obrigá-los a trabalhar"*.

Com os trabalhos forçados para construirem estradas, portos, navios e fortificações, para cultivarem o café ou para integrarem o exército colonial, muitos milhares de javaneses abandonam as suas aldeias.

Nestas circunstâncias o Império que se segue à Revolução Francesa, em vez de levar a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade aos povos das Índias Orientais, leva antes o verdadeiro colonialismo. Pela primeira vez, no início do século XIX, o colonialismo europeu na Insulíndia começa a provocar rupturas sociais importantes que afectam fortemente a vida de um número sigificativo de autóctones.

Quando, em 1810, na sequência de uma disputa entre Napoleon e Luís Bonaparte, este último abdica e o Imperador Francês anexa a Holanda, o Marechal Daendals apressa-se a içar a bandeira francesa em Batávia. Mas essa não é, de facto, a bandeira da Liberdade, nem a da Igualdade.

4.3.2 - O "Sistema de Plantações"

Já referimos atrás (ponto 3.3.3) que na sequência da anexação da Holanda pela França, e pouco depois do Marechal Daendals ser substituído por outro governador holandês (Jan Willem Janssens), os ingleses tomam Batávia e assumem o controle das ex-Índias Orientais holandesas. O apoio de vários príncipes descontentes com a redução dos seus poderes, e de populações fartas dos trabalhos forçados, foi muito importante para derrubar o poder colonial holandês.

O novo governador, Sir Thomas Stamford Raffles, diminui as imposições em vigor sobre os príncipes e povos autóctones. Mas, nem por isso deixa de interferir nos assuntos internos de cada reino javanês ou de regiões situadas noutras ilhas. O tráfico de escravos inter-ilhas é proibido, mas não a escravatura.

Curioso e inteligente, Raffles aprende a língua malaia, faz colecções botânicas e zoológicas, explora antigas ruínas, e acaba por escrever uma história de Java.

A fim de diminuir o peso das obrigações dos povos autóctones, Raffles implanta o sistema de aluguer de terras, segundo o qual os cultivadores das terras arrendadas entregariam ao Estado uma parte da producção como forma de pagamento. Esta podia chegar aos 50%, embora geralmente fosse bastante menor.

Seguindo a linha traçada por Daendals, embora de uma forma menos rígida e mais aberta, Raffles sonhou em exportar tecidos de algodão e outros artefactos britânicos para a ilha de Java, que começou a ser mais seriamente olhada como um mercado para colocação dos produtos fabricados pela indústria britânica. Mas o seu mandato não durou o tempo suficiente para dar resultados sensíveis. Um acordo firmado desde Agosto de 1814, entre a Inglaterra e a Holanda, prevê a devolução de quase todas as colónias conquistadas pelos ingleses aos holandeses, com excepção de Ceilão, do Cabo e de uma parte de Guiana. Em 1816 Raffles abandona Batávia indo-se fixar em Benkulu, na costa ocidental da ilha de Sumatra. Três anos mais tarde abandona Sumatra e , em 29 de Janeiro de 1819, funda a cidade de Singapura no extremo sueste da península da Malásia.

Em 17 de Março de 1824 um novo acordo anglo-holandês reconhece a soberania holandesa sobre Benkulu, mas com a contrapartida de os holandeses respeitarem a independência do estado de Atjeh, no norte de Sumatra.

O retorno da administração holandesa é acompanhado de numerosas revoltas, como a das Molucas (1816 a 1818) liderada por Thomas Matulessy, e a de Tuanku Iman Bondjol na zona ocidental de Sumatra. Mas a mais grave foi a insurreição de Java, liderada pelo Príncipe Diponegoro que as autoridades coloniais - contrariando compromissos anteriores - afastaram do trono de Jogjakarta (ou Djogjakarta). Moçulmano, profundamente religioso, e com forte apoio de grande parte da população camponesa desejosa de se ver livre do jugo dos "infiéis" estrangeiros, Diponegoro conseguiu manter a ilha de Java em pé de guerra durante cinco anos (de 1825 a 1830), graças à sua táctica de guerrilha. Em 1830, quando a chamada Guerra de Java acabou, cerca de 15 000 soldados, dos quais 8 000 europeus, tinham morrido nas emboscadas da guerrilha, ou em resultado da malária ou doutras doenças tropicias. Quando o Príncipe Diponegoro é exilado para Macassar, o poder colonial, apesar de vitorioso, admite que é perigoso afrontar os príncipes javaneses...

. A guerra de Java, a quebra completa do monopólio comercial, com um número crescente de barcos ingleses e americanos a comerciar na região, e o incremento da cultura de arroz, em prejuízo das culturas exportáveis, que o sistema mais liberal de Raffles proporcionara, conduziram as Índias Orientais Neerlandesas à quase completa bancarrota.

O novo Governador Geral, van den Bosch, chegado a Batávia em 1830,procurou rentabilizar a colónia, tendo em conta as novas realidades internacionais.

Partindo da convicção, muito espalhada entre os holandeses, de que os camponeses de Java eram indolentes e ignoravam as necessidades do mercado internacional, van de Bocsh vai impôr o Sistema de Plantações.

De acordo com este sistema, um quinto das terras aráveis de cada aldeia teria que ser plantada com as espécies definidas pelas autoridades, e os camponeses teriam que dar, gratuitamenta, 1/5 dos dias do ano para trabalhar nestas plantações. Trata-se, pois, de um sistema mais avançado e generalizado de colonialismo, do que o das plantações de Daendals.

O Sistema de van den Bosch será estendido a toda a ilha de Java, à região ocidental de Sumatra e à parte norte das Celebes. Além do café, as autoridades obrigaram a cultivar a cana do açucar, o chá, diversas especiarias, algodão, corantes, etc.

A comercialização destes produtos era feita, em regime de monopólio, pelas autoridades coloniais, em nome do Rei da Holanda.

Um *"Residente"* europeu, ajudado por um *"Residente Adjunto"*, por um *"Secretário"* e vários *"Controladores"*, inspecionam regularmente as culturas do governo. Os *"Regentes"* indígenas, geralmente escolhidos entre os membros das famílias nobres locais, servem de intermediários entre as autoridades locais e as populações. Como funcionários do estado que são, recebem um vencimento, acrescido de uma percentagem do rendimento das terras do Governo. Estes poderão agir com alguma liberdade, em relação aos seus súbditos, desde que as terras do Estado sejam bem cultivadas.

O Sistema de Plantações foi sendo aplicado de forma progressiva. E, na ânsia de aumentar os lucros, os limites inicialmente estabelecidos vão ser, muitas vezes, ultrapassados. De um quinto inicial das terras cultiváveis, van den Bocsh aceita que sejam postas ao serviço do Governo até 1/3 destas. Na prática, os administradores locais, cujos rendimentos também dependem da produção das terras sob o seu controlo, por vezes põe ao serviço das culturas de exportação até metade das terras baixas aráveis. Os dias de trabalho fornecidos pelos camponses, teoricamente da ordem dos 60 a 70 dias por ano, chegam muitas vezes aos noventa dias, e, nalguns casos, atingem mesmo os 240 dias por ano!!!

Além disso os camponeses são obrigados a entregar as colheitas nos armazéns, nas fábricas de açucar ou nos portos, o que pode significar, nalguns casos (cultura do indigo ou anil), deslocações da ordem dos 120 a 130 Km. É necessário construir estradas, portos, armazéns e fortificações. Neste último caso as condições são de tal modo duras, e a mortalidade tão alta, que as autoridades obrigam os trabalhadores forçados a levar com eles a mortalha...

Pelos seus trabalhos forçados os autóctones recebem uma retribuição mínima, muito abaixo dos magros salários praticados na altura e paga com grandes atrasos. Ainda por cima, têm que pagar o imposto fundiário.

Com tudo isto, muitos camponeses vêem-se obrigados a recorrer ao usurário, que tanto pode ser um comerciante chinês, o chefe da aldeia ou um europeu.

Para a Metrópole, isto é, para o Rei da Holanda, o resultado desta política é ótimo. Entre 1830 e 1877 o excedente colonial representa oitocentos milhões de florins, 4/5 dos quais devidos ao café. Com isso o Governo da Holanda é reembolsado da dívida pública, constrói canais e caminhos de ferro, e até diminui os impostos dos holandeses.

A marinha mercante desenvolve-se, e Amsterdam torna-se o principal mercado europeu do café e do açucar.

Apesar dessa evolução de tipo capitalista, mantém-se, na maior parte das aldeias das Índias Orientais Holandesas, um grande espírito comunitário de entreajuda, conhecido por *"Gotong Rojong"*, que se manifesta na realização em comum de trabalhos de irrigação, na ajuda mútua na construção de casas, e no apoio a orfãos, velhos e desempregados.

Sujeitos a taxas a pagar ao Governo ou ao Príncipe da região ou a ambos, muitos camponeses acabam por se endividar.

A usura, praticada pelo chefe da aldeia, pelo mercador chinês ou pelo colonizador holandês, será uma das pragas sociais da Insulíndia, como aliás de todo o Sudeste Asiático.

Com a implantação do capitalismo privado, pelo *"Movimento em Frente"*, as exportações aumentaram fortemente. Muitos holandeses fizeram fortunas a produzir, a transportar e a comercializar produtos das Índias Orientais, tornando-se a colonização holandesa uma das mais bem sucedidas, senão a mais bem sucedida economicamente, a nível mundial.A própria ilha de Java vai crescer e melhorar as suas estradas e portos, bem como canais de irrigação e até caminhos de ferro..

4.3.4. - A conquista dos "territórios exteriores"

O êxito alcançado apela à conquista de outros territórios exteriores (exteriores à ilha de Java), onde se possam fixar mais colonos e implantar novas empresas.

Na ilha de Sumatra o Governa colonial assume o controle directo de várias regiões: - Palembang em 1851, Lampong, em 1857 e Benkulu em 1878. Em 1906 o território do sultão de Djambi é anexado, o mesmo acontecendo aos distritos de Kota Besar, Batang Hari e Kouantan.

Renegando o compromisso assumido diante dos ingleses, de que respeitariam a independência de Acheh, no norte de Sumatra, os holandeses lançam-se à conquista, mas deparam com uma fortíssima resistência que, recorrendo à luta de guerrilha, vai demorar trinta e cinco anos a ser dominada (de 1873 a 1908). Mesmo depois disso haverá revoltas em Acheh até ao começo da II Guerra Mundial, em 1939.

Na ilha de Borneu, em 1900 os holandeses só dominavam um reino, o de Bandjermasin. A partir daí avançam com as suas forças, mas são obrigados a deixar os territórios do norte da ilha sob o controlo britânico. Em 1907 a ilha de Celebes é ocupada efectivamente. Nas Molucas, onde a autoridade holandesa já se exercia em Amboina e Banda, estende-se também a Ceram e Almahéra.

As pequenas ilhas de Sonda em 1900 ainda estavam quase todas sob a autoridade de príncipes locais. Depois de violentos combates, e nomeadamente dos massacres de Bali, de 1906, a Holanda consegue controlar parte desta ilha.

Até 1898 muitas regiões que hoje compõem a Indonésia tinham mantido uma relativa independência, governadas por príncipes locais ligados ao governo de Batávia por tratados que lhes deixavam bastante liberdade de acção. A partir do fim do século passado esses tratados são substituidos por uma fórmula mais curta (a *"declaração curta"*) e muito mais autoritária. De estados aliados ou protegidos os *"territórios autónomos"* passam, assim, a *"territórios integrados"*. Este movimento de *"integração"* vai-se afirmando cada vez mais até ao dealbar da II Guerra Mundial.

4.3.5. - A "Via moral" ou "política ética" e a instalação de grandes empresas capitalistas.

O desenvolvimento da indústria holandesa, à custa de capitais acumulados graças à exploração económica das Índias Orientais, vai dar origem a uma nova fase da colonização holandesa, conhecida pela *"via moral"* ou *"política ética"*.

Até ao fim do século XIX interessava à Holanda importar matérias primas, tais como o café e o açucar, a baixos preços, e revendê-las, tal e qual, a preços elevados, ficando com o correspondente lucro.

Mas, a partir dos inícios do século XX, as indústrias holandesas precisam de mercados para colocar a sua produção. As Índias Orientais, dada a sua enorme população, poderiam ser um bom mercado. Mas, para isso, era preciso que uma parte da população, tivesse poder de compra e sentisse necessidade dos produtos manufacturados na Metrópole.

Ora para isso era necessário fazer duas coisas:

a) - Explorar menos e pagar melhor aos trabalhadores indonésios;

b) - Criar uma classe média com alguma instrução, e com hábitos sociais, de higiene, de relação, etc, que a fizesse sentir necessidade de produtos manufacturados, tornando um número significativo de autóctones susceptíveis à oferta, à novidade e até à moda.

Se acrescentarmos a estas necessidades económicas da Metrópole, algumas preocupações humanitárias, e a revolta que nalguns, espíritos mais sensíveis e esclarecidos, provocava a exploração desumana dos *"nativos"*, torna-se claro o quadro que fez surgir uma nova política, mais humana, mais *"ética"*.

Os limites desta *"política ética"*, no entanto, são claros: - nada de industrializar a colónia. Nesse ponto os empresários holandeses e os banqueiros estavam totalmente de acordo. A indústrialização das Índias Orientais criaria uma concorrência perigosa para as indústrias metropolitanas; o jogo dos preços deixaria de ser controlado pela metrópole, e o crescimento económico da Holanda poderia correr riscos.

Por outras palavras, *"política ética"* sim, mas não tão ética que puzesse em causa os interesses da potência colonial. Mais uma vez - embora por uma via mais *"moral"* - era o interesse da Metrópole que determinava a evolução na colónia, num quadro de repartição internacional do trabalho que mantinha o poder (nomeadamente o de fixar os preços) do lado norte do hemisfério...

De qualquer modo o certo é que esta *"política moral"* levou a melorias significativas da saúde pública nas zonas habitadas por europeus ou que mereciam um maior interesse da Metrópole holandesa. Mas não resolveu o problema da fome, que se manteve endémica e muito generalizada.

No campo da educação esta *"política ética"* vai ter um impacto bastante limitado. À data da independência, em 1945, o número de analfabetos ainda era de cerca de 90%!

Além disso, apesar de *"ética"* a política continuava a ser descriminatória e racista. É que para os *"indígenas"*, a escola tinha apenas três anos de ensino primário, leccionados em línguas nativas. Os holandeses, alguns chineses, mestiços e *"nativos"* mais ricos, podiam frequentar escolas primárias *"crioulas"* que davam acesso aos *"liceus crioulos"*.

Nestas escolas e liceus o ensino era ministrado em língua holandesa. O pagamento de propinas relativamente elevadas - e às vezes critérios tipicamente racistas - faziam a selecção. E, para confirmar que esta era realmente efectiva, basta lembrar que até ao início da II Guerra Mundial, em 1939, numa população de cerca de 75 milhões de habitantes, só 1.786 indonésios, pertencentes a famílias ricas, tinham conseguido estudar nos liceus crioulos...

Entretanto foram criadas algumas escolas técnicas e de administração para formar quadros médios autóctones. Em 1920, abriu o Instituto Técnico de Bandung, em 1924 foi inaugurada uma Escola Superior de Direito em Batávia, e em 1927 começaram a ser leccionados os primeiros cursos médicos. Mas a primeira Universidade Indonésia só abriu em 1942, em Djogjakarta (ou Yogjakarta). No contexto que acabamos de descrever, os cursos superiores leccionados nas Índias Orientais Holandesas eram, naturalmente, frequentados quase só por brancos.

Nos finais do século XIX e inícios do século XX duas novas espécies agrícolas vão ser intensivamente cultivados na colónia: - a árvore da borracha e a palmeira oleaginosa.

A cultura de borracha desenvolve-se de tal maneira que, a seguir à I Grande Guerra de 1914-18, as Índias Orientais Holandesas tornam-se no 2º produtor mundial, e em 1938 fornecem 35% da borracha consumida em todo o mundo.

No campo mineiro, em 1939 a colónia holandesa torna-se o maior ou um dos maiores produtores mundiais de estanho. O petróleo, explorado no Acheh e em Langkat, na ilha Sumatra, na ilha de Java (Rembang, Surabaia e Samarang), nas Molucas e em Ceram, permite uma produção de 7,5 milhões de toneladas em 1938.

Para explorar todos estes recursos naturais instalam-se grandes companhias capitalistas, predominantemente holandesas, com ou sem participação do Estado nos seus capitais, mas também estrangeiras e internacionais.

Assim, por exemplo, em 1924, a Royal Dutch Shell Company controlava 95% do petróleo indonésio. Mas em 1939 já só controlava 72%, porque diversas companhias americanas foram, entretanto, autorizadas a pesquisar e a explorar o petróleo da colónia holandesa.

Na ilha de Sumatra a exploração de borracha também pertence em grande parte a empresas americanas.

Em 1939 os capitais investidos em empresas privadas implantadas nas Índias Orientais são: 66% holandeses, 10% britânicos, 8% americanos, 3,4% franco-belgas, e 12% de outras proveniências. As únicas indústrias existentes estão directamente ligadas à produção agrícola ou mineira. Em 1938 a indústria ocupa apenas cerca de 2% da população.

Nas vésperas de II Grande Guerra, as Índias Orientais Holandesas são pois uma colónia fornecedora de matérias primas, agrícolas e minerais, com enormes contrastes entre as plantações das grandes companhias ou de colonos ricos, que usam novas tecnologias e processos de cultivo estudados nos campos de ensaios de Buitenzorg (Bogor), e as plantações e culturas de subsistência dos componeses pobres, endividados e subnutridos.

A *"política ética"* foi aplicada com tanta lentidão que, de facto, grande parte dos artefactos produzidos na metrópole era consumida apenas por uma muito pequena minoria europeia ou chinesa enriquecida, ou pelas empresas agrícolas ou mineiras com capitais abundantes. Como mercado as Índias Orientais cresceram, mas não o suficiente para alimentar uma economia sadia.

Na prática, a incapacidade holandesa e europeia de criar mercados suficientemente ricos nas suas colónias terá contribuido para a tremenda Depressão Mundial iniciada em 1929. Afinal a acumulação excessiva bloqueou a economia...

Com a implantação crescente de empresas capitalistas, o proletariado camponês, primeiro, e urbano, depois, vai aumentando. O desenvolvimento dos transportes e do comercio dá origem a uma pequena classe de empregados de escritório, condutores e guarda-freios, electricistas, mecânicos, etc. Uma diminuta classe intelectual começa a tomar corpo. E esta, embora muito diminuta, vai ter uma influência importante no desenvolvimento do processo político.

Em 1930, dos 60,7 milhões de habitantes da *"Indonésia"*, 1.2 milhões eram chineses (2%) e 0,4 milhões (0,66%) europeus. Grande parte desses chineses eram fruto de uma importante corrente migratória iniciada a partir de meados do século XIX, nos anos de expansão económica (sobretudo a partir de 1870). Não se tratava já só de comerciantes, mas, na maior parte dos casos, de trabalhadores indiferenciados que aceitavam trabalhar nas minas, nas pequenas indústrias nascentes e também nas plantações das novas empresas agrícolas a que o fim do monopólio do estado dera origem. Embora muitos regressassem à sua terra de origem, depois de ganharem algum dinheiro, muitos outros ficaram na sua nova terra, mantendo, no entanto, bem vivas as suas tradições originais.

Porto, 11 de Dezembro de 1994

A. Barbedo de Magalhães